VIA Social

Jornal do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região Outubro de 2016

CRESS SC
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL • 12ª REGIÃO

CFESS
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

Arte: Alltrace

"Envelopamento fechado. Pode ser aberto pela ECT"

COM A PALAVRA O CRESS

É com satisfação que passamos às mãos dos/as leitores/as, a edição do mês de Outubro/16 do Jornal Via Social, tendo como destaque na capa, a campanha intitulada "Concurso Público para os/as Assistentes Sociais". Vivemos um momento no mundo do trabalho onde a prevalência das terceirizações na esfera das políticas sociais públicas, reflete diretamente na forma de contratação precarizada dos/as trabalhadores/as. Nessa esteira estamos nós, os/as Assistentes Sociais que, em grande maioria, atuamos para os/às usuários/as de tais políticas. Assim, o CRESS 12ª Região, enquanto Autarquia Pública Federal, tem o dever ético político de apoiar a abertura de vagas por concursos públicos, nas instituições da esfera pública, sendo esta uma bandeira de luta que vem sendo pautada nos Encontros Nacionais e Regionais do Conjunto CFESS/CRESS. Refletir acerca de temas como esse, de interesse dos/as profissionais de Serviço Social, bem como, da sociedade em geral, é o que pretendemos com esta edição.

Na seção *Eventos*, apresentamos uma breve avaliação do II Congresso Catarinense – CCAS, o qual contou com a participação de diversos profissionais, docentes e discentes do Estado de Santa Catarina e de outros Estados brasileiros.

A seção *CRESS em Ação*, diz respeito à participação dos/as conselheiros/as e colaboradores/as nos principais Encontros / Fóruns / Seminários, em nível nacional e Regional, destacando-se o Encontro Descentralizado da Região Sul 2016, o VI Comunica Sul, o XI Encontro do Fórum das COFI's Região Sul e o Seminário Nacional de Serviço Social, relações fronteiriças e fluxos migratórios internacionais.

No *Via CRESS*, destacamos a importância do "Curso Ética em Movimento", realizado no município de Lages/SC, e a Roda de Conversa "Debate sobre Benefícios Eventuais", ambos com incidência ético política de grande relevância para a educação continuada da categoria. Registramos, também, a realização da Assembleia Geral Ordinária.

Outro destaque neste Jornal é o *Artigo* escrito pela Profª Maria Regina de Ávila Moreira, da UFSC, a qual aborda o tema **Competências, Atribuições e Instrumentais: Resistir é Preciso**, recomendando-se a leitura atenta para reflexão acerca dos fundamentos ético-políticos do Serviço Social.

A seção *Fique Sabendo* faz referência à matéria sobre a participação dos/das conselheiros/as do CRESS 12ª Região nas ruas, em defesa dos direitos sociais e contra o desmonte das políticas sociais públicas em curso. Também fazemos referência à participação do CRESS 12ª Região na Audiência Pública em defesa do SUAS.

Na seção *Comissões* tratamos das ações Precípuas e Temáticas do CRESS, com a participação dos/as conselheiros/as e colaboradores/as e dos/as trabalhadores/as do Conselho. Na sequência, na seção *Sou Assistente Social,* realizamos uma entrevista com a Assistente Social Cristiane Claudino, ex-coordenadora técnica do CRESS, que foi admitida no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, como trabalhadora concursada. E, por fim, na seção *Aproxime-se da Sua Região,* um relato sobre a importância da criação do NUCRESS no município de Criciúma e região.

A gestão "Coletivizar para seguir na luta" deseja renovadas energias para seguir em frente, juntos/as na luta do cotidiano e compartilhando as vitórias de cada dia na construção e reconstrução permanente do Serviço Social, em meio aos desafios que a sociedade contemporânea nos apresenta.

Rosana Maria Prazeres
Presidente CRESS 12ª Região

Via Social

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
CRESS 12ª REGIÃO

Rua dos Ilhéus nº 38 - Sala 1005
Ed. Aplub - Centro - 88010-560 - Florianópolis/SC
Fone: (48) 3224-6135

• DIRETORIA - GESTÃO 2014-2017

Rosana Maria Prazeres - CRESS nº 2840
Presidente
Rosinete Delfino Laurindo - CRESS nº 1839
Vice-Presidente
Zenici D. Herbst - CRESS nº 3114
1ª Secretária
Jacqueline Benedet Martins - CRESS. nº 1380
2ª Secretária
Kátia C. Figueiredo - CRESS nº 1023
1ª Tesoureira
Marta de Lourdes de A. Nunes - CRESS nº 5011
2ª Tesoureira
Cória Helena Vieira - CRESS nº 5268
1ª Suplente
Samuel Salézio dos Santos - CRESS nº 5185
2º Suplente
Ana Silvia Simon - CRESS nº 4017
3ª Suplente

• CONSELHO FISCAL

Helena M.B. Brandão - CRESS nº 1658
Presidente
Natalli Pazini Silva - CRESS nº 4449
1ª Vogal
Samantha Roloff - CRESS nº 4953
2ª Vogal
Danielle Cardoso M. Sobreira - CRESS nº 3326
1ª Suplente
Maria Helena de Souza - CRESS nº 0958
2ª Suplente

• EQUIPE ADMINISTRATIVA

Fabiana L. Negri - CRESS nº 2076
Maria Dolores Thiesen - CRESS nº 1811
Coordenadoras Técnicas
Cleverton Cidiclei Maciel - CRESS nº 4188
Edinaura Luza - CRESS nº 4398
Maiara P. S. Arten - CRESS nº 4976
Agentes Fiscais
Tânia Regina Dingee
Coordenadora Administrativo-Financeira
Lúcia Brunetto
Ana Cristina Schurhaus Mello
Rafael do Nascimento Pereira
Assistentes Administrativo
Daniel Colombo
Assistente de Informática
Cassiano Ferraz
Assessor de Comunicação

• COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/EDITORAÇÃO

Cassiano Ferraz (SC 3481 JP)
Cória Helena Vieira - CRESS nº 5268
Fabiana L. Negri - CRESS nº 2076
Juçara R. Silva - CRESS nº 3949
Magali R. Franz - CRESS nº 1168
Natalli Pazini Silva - CRESS nº 4449
Samantha Roloff - CRESS nº 4953

Jornalista Responsável
Cassiano Ferraz (SC 3481 JP)

Projeto Gráfico e Diagramação:
Cassiano Ferraz
comunicacao@cress-sc.org.br

Fotos: Cassiano Ferraz, Rafael Werkema
e arquivos do CRESS/CFESS

Impressão: GRÁFICA GUARAMIRIM
Tiragem: 5.000 exemplares
Distribuição Gratuita
Sugestões, comentários e críticas
entre em contato: comunicacao@cress-sc.org.br
Site: www.cress-sc.org.br

AVALIAÇÃO DO II CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS - CCAS

Foto: Cassiano Ferraz/CRESS

Mesa de abertura do II CCAS

A segunda edição do Congresso Catarinense de Assistentes Sociais – CCAS, ocorrida de 06 a 08/07/16 no Centro de Cultura e Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, teve como tema central - "Serviço Social 80 anos no Brasil: competências e atribuições profissionais frente às demandas em tempos de crise e barbárie do capital" e contou com **439 participantes**, entre estes: profissionais, estudantes e docentes de diversas regiões do Estado de Santa Catarina e de 09 (nove) Estado brasileiros.

Contamos com a presença das professoras Maria Lúcia Martinelli, da PUC/SP e Yolanda Guerra, da UFRJ, nas plenárias inicial e final, as quais foram abertas e gratuitas, o que oportunizou a participação de grande número de estudantes e profissionais, assim como contamos com 18 palestrantes para as 12 (doze) Plenárias Simultâneas.

As Plenárias Simultâneas abrangeram temas diversos atendendo às demandas apresentadas nas Comissões Temáticas do CRESS e nas Unidades de Formação Acadêmica do Estado. Também foram apresentados **98 trabalhos** científicos e de experiência profissional, os quais foram avaliados por 32 pareceristas de diversas universidades do país.

O objetivo do II CCAS foi atingido e trouxe à tona a discussão do exercício profissional nas políticas sociais e o projeto ético-político da profissão. Conforme as indicações dos participantes a avaliação geral do evento ficou entre bom e ótima em todos os quesitos avaliados.

Foi no II CCAS que o CRESS 12ª Região lançou a **Campanha em Defesa de Concurso Público para os/as Assistentes Sociais.** Ao final do evento os congressistas indicaram a necessidade de criação do GT Seguridade Social, o qual já foi formalizado e está em plena atividade. Também foi emitida e publicada no Site do CRESS/SC a Moção de Repúdio em que "os profissionais e estudantes de Serviço Social presentes no II CCAS realizado no Centro de Cultura e Eventos da UFSC de 06 a 08 de julho de 2016 em Florianópolis repudiam todo e qualquer desmonte dos Direitos Sociais e da Seguridade Social".

No que diz respeito a prestação de contas, o II CCAS teve uma receita com inscrições no valor de R$ 19.080,00 e com locação de espaços para as livrarias R$ 1.000,00, totalizando R$ 20.080,00, De outra parte os investimentos realizados no desenvolvimento do II CCAS foram de R$ 88.127,18.

Congresso Catarinense de Assistentes Sociais
Centro de Eventos da UFSC

ENCONTRO DESCENTRALIZADO REGIÃO SUL 2016

No período de 05 a 07 de agosto de 2016, reuniram-se na cidade de Porto Alegre/RS, os Conselheiros(as) do CFESS, os Conselheiros/as e os Profissionais de Base dos CRESS da Região Sul. Além de convidados/as e trabalhadores/as das respectivas entidades de classe.

O Encontro abordou o seguinte Tema: "80 anos do Serviço Social no Brasileiro: a defesa de um projeto profissional sobre bases emancipatórias". Foi o pano de fundo de todas as discussões realizadas durante o encontro.

A mesa de abertura contou com a participação do Professor Doutor em Sociologia e Pós Doutor em Ciência Política, César Beras, da Universidade Federal do Pampa. Beras em sua Palestra: "Análise de Conjuntura: lutas e resistência", apresentou a importância de termos como ponto de partida a trajetória da sociedade marcada pela história da luta de classes, para que possamos compreender as diferentes disputas postas em nosso cotidiano profissional.

Chama a atenção sobre o momento de "ataque" constante feito pelo capitalismo aos direitos sociais e humanos em todo o mundo e mais ofensivo aos países periféricos. Destaca que em nome do Capital, 1% da população mundial detém mais riquezas do que todo o restante da população. Destacou que 1,2 bilhões de pessoas ainda encontram-se em situação de extrema pobreza no mundo.

E no Brasil, esse panorama não é diferenciado, ocupamos a 9ª economia mundial e somos o 14º em desigualdade social. No país, além da desigualdade social, o sistema político controlado pelo poder econômico financeiro, ataca velozmente os direitos civis e sociais conquistados pela classe trabalhadora. Diversas propostas em trâmite no Congresso Nacional, tais como a PEC 241/2016, que estabelece um novo regime fiscal, estabelece amplos poderes ao Parlamento e desobriga o Estado em investir em Políticas Públicas essenciais como a Saúde e a Educação.

Portanto é preciso que façamos a RESISTÊNCIA e não deixemos que nossos direitos conquistados com muita luta sejam destruídos e retirados pelo Capital. Precisamos nos fortalecer enquanto classe trabalhadora e dizer não a essa ordem burguesa.

Como nos diz Rosa Luxemburgo: "Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres".

VI COMUNICASUL

Antecedendo o Encontro Descentralizado, foi realizado o VI ComunicaSul no dia 05/08, com conselheiros/as integrantes das Comissões de Comunicação e assessores/as de comunicação dos CRESS SC, RS e PR.

Após a mesa de abertura, que contou com falas de representantes do CFESS, CRESS RS, SC e PR, teve início os Painéis de exposição:

1. "A Comunicação disputando hegemonia", com o jornalista, Prof. Dr. Juremir Machado da Silva;

2. "A Comunicação como um Direito Humano, com o procurador do MPF, Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira;

3. "A Comunicação como estratégia para efetivação do Projeto Ético-Político", com a Profª Ms. Eliana Mourgues Cogoy.

Após cada painel foram realizados debates a cerca de cada tema apresentado.

No período da tarde foi realizado os Relatos de Experiências pelos CRESS e CFESS, sobre "A implementação da Política de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS".

O CFESS esteve representado pelo assessor de comunicação Diogo Adjuto, pelo conselheiro presidente, Maurílio C. Matos, e pela conselheira 2ª secretária Daniela Castilhos. O CRESS 12ª Região foi representado pelo assessor de comunicação Cassiano Ferraz e pelas colaboradoras da Comissão de Comunicação Magali Regis Franz e Juçara Silva. O CRESS PR também esteve representado por conselheiros e pelo assessor de comunicação, Carlos Teodoro Travagin.

O COMUNICASUL, encontro realizado pela primeira vez no CRESS 12ª Região em 2011, busca a troca de experiências entre os CRESS, a fim de buscar uma melhor comunicação com a categoria.

XI ENCONTRO DO FÓRUM DAS COFIS - REGIÃO SUL

Em 05 de agosto de 2016 ocorreu o XI Encontro do Fórum das COFI's- Região Sul. Este é um espaço de articulação, diálogo e construção, estabelecido pelo conjunto CFESS/CRESS tem a dinâmica de revezamento entre os CRESS Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para sediar e organizar o evento. Na ocasião o encontro foi sediado na capital Gaúcha Porto Alegre, sob a responsabilidade de organização do CRESS 10ª Região. O Fórum das COFI's contou com a participação de Agentes Fiscais, Conselheiros/as, Coordenadores/as Técnicos/as e representantes do CFESS, totalizando a participação de 21 Assistentes Sociais.

Foto: Cassiano Ferraz/CRESS

O evento contou com palestra sobre "Autonomia Profissional no Exercício da Fiscalização" proferida pela AS Sonia Almeida. Na ocasião se pode estabelecer trocas de vivências e conhecimento, tornando-se um momento importante e fundamental de reflexão sobre nosso fazer profissional mediado pela postura ético-política e autônoma tão rica para os/as Assistentes Sociais.

Também foram debatidos no referido encontro o Relatório do X Fórum das COFIs e o material de Revisão dos Instrumentais utilizados pela COFI. Na ocasião o grupo pode ponderar sobre os avanços e limites inerentes ao processo de revisão, bem como garantir a construção de sugestões coletivas da região, contribuindo assim com a revisão dos instrumentais que está sendo realizada por GT Nacional que conta com representantes de todas os regionais.

O próximo encontro do Fórum das COFIs está agendado para data de 24 e 25/11/2016, também na cidade de Porto Alegre/RS.

SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS E FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS

Estamos vivenciando a maior crise migratória desde a 2ª Guerra Mundial. Como aponta o CFESS Manifesta de julho 2016, "tem-se assistido, um verdadeiro exército humano se movimentando e tentando fugir de guerras, misérias e perseguições políticas que a barbárie capitalista impõe à classe trabalhadora". A fim de discutir a temática e sua interface com a profissão, o Conjunto CFESS-CRESS realizou entre os dias 6 e 8 de Julho de 2016, na cidade de Belém/PA, o Seminário Nacional Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais, com o tema"Fronteiras (in)visíveis do capital: desafios para o Serviço Social".

Esta foi uma deliberação do 43º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado de 18 a 21 de Setembro de 2014 na cidade de Brasília/DF, no eixo de Relações Internacionais, e o evento contou com a participação de representantes de todos os CRESS do país, profissionais de base e estudantes.

A relevância deste seminário se deu na construção da reflexão crítica e o debate coletivo sobre a mundialização do capital e da questão social; suas implicações para a migração internacional e o cotidiano vivenciado em regiões fronteiriças, bem como os desafios, para o Serviço Social contemporâneo, na consolidação dos direitos humanos e da cidadania internacional.

O CRESS SC está preparando para o último bimestre do ano um Boletim Eletrônico sobre a temática.

CURSO ÉTICA EM MOVIMENTO - LAGES

Nos dias 25 e 26 de agosto, 01 e 02 de setembro de 2016, realizou-se na cidade de Lages o "Curso Ética em Movimento". Participaram 44 profissionais dos municípios vizinhos e de Lages discutindo sobre Ética e a sociedade, Ética e a Práxis Profissional, Ética e Direitos Humanos e por fim a Ética e os Instrumentais Processuais do conjunto CFESS/CRESS, totalizando uma carga horária de 32 horas/aula ministrado pelas multiplicadoras Assistentes Sociais Fabiana Luiza Negri e Maria Dolores Thiesen, Coordenadoras Técnicas do CRESS/SC. Após o curso os participantes procederam a avaliação considerando-o como ótimo, visto que o curso possibilitou importantes trocas e aprofundamento das questões relativas a ética profissional, superando as expectativas dos/as Assistentes Sociais presentes.

O CRESS 12ª Região, dando continuidade as ações planejadas, ofereceu mais essa edição do curso, na perspectiva de ampliar a discussão da profissão e os desafios postos na realidade social. Ademais o curso "Ética em Movimento" tem por objetivo discutir sobre a ética em interconexão com o exercício profissional, destacando os princípios norteadores do projeto ético-político do Serviço Social.

RODA DE CONVERSA "DEBATE SOBRE OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS"

Aconteceu no dia 31 de agosto de 2016, das 17h às 20h, na sede CRESS 12ª Região, a Roda de Conversa para debater a concessão dos Benefícios Eventuais e a relação com o exercício profissional do Serviço Social.

O conselheiro Samuel Salezio dos Santos, atual representante do CRESS/SC no Conselho Estadual de Assistência Social pelo segmento dos trabalhadores e das trabalhadoras, foi o facilitador do debate. Participaram profissionais de base atuantes em diversos espaços sócio-ocupacionais de municípios da Grande Florianópolis.

O encontro proporcionou um espaço de troca de experiências e oportunizou reflexões sobre a atuação do/a Assistente Social, tendo como pano de fundo a atual conjuntura econômica e política do país e os rebatimentos nas políticas sociais.

A Roda de Conversa foi uma iniciativa da Comissão de Políticas Sociais, atendendo à solicitação de profissionais que vêm aproximando-se do debate em torno da temática. Nesse sentido, reafirmou-se a perspectiva acerca do debate travado junto ao CEAS, que busca colocar a centralidade no atendimento das necessidades apresentadas pelas/os usuárias/os, articulando as ações profissionais de forma a reconhecer tais necessidades como direitos, promovendo a politização das demandas com tensionamentos para consequente formulação de respostas que fortaleçam o caráter redistributivo dos benefícios inscritos na Política de Assistência Social. Buscou-se também resgatar, no âmbito da intervenção profissional, a importância dos instrumentais técnico-operativos como estratégias de coletivização das demandas recebidas, distanciando o exercício profissional do viés burocrático, gestor e por vezes fiscalizatório imposto pelas normativas institucionais. Assim, aposta-se que o debate fortalece a perspectiva ético-política de defesa dos direitos da classe trabalhadora e que terá rebatimentos no fortalecimento do coletivo profissional do estado, incidindo na qualidade do atendimento aos usuários e fortalecendo a atuação do Serviço Social enquanto profissão inscrita no Brasil.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Foi realizada no dia 14 de julho a Assembleia Geral Ordinária dos/as Assistentes Sociais no auditório do CRESS 12ª Região.

O encontro foi conduzido pela conselheira presidente, Rosana Maria Prazeres, que iniciou apresentando as ações desenvolvidas pelo CRESS no primeiro semestre deste ano. Listou os Conselhos, Fóruns e Grupos de Trabalhos nos quais o CRESS mantem representações, ressaltou o apoio ao Movimento Cumpre Brusque e ao Movimento 30 horas São José, listou os NUCRESS já implantados e seus/suas devidos/as coordenadores/as.

A conselheira Samantha Roloff apresentou as atividades e cidades nas quais foram realizados eventos alusivos ao dia do/a Assistentes Social em Santa Catarina, entre outros eventos nos quais o CRESS esteve colaborando com a participação de conselheiros/as.

A segunda parte do encontro foi reservada para a eleição dos Delegados de base e de diretoria que representaram o CRESS 12ª Região no Encontro Descentralizado da Região Sul em Porto Alegre/RS (pág. 04) e no Encontro Nacional CFESS/CRESS, que este ano ocorreu em Cuiabá/MT entre os dias 13 e 16 de outubro.

Foto: Cassiano Ferraz/CRESS

A coordenadora técnica do CRESS, Maria Dolores Thiesen, esclareceu aos/as participantes quais os procedimentos, atribuições e responsabilidades de quem é eleito como Delegado, tanto para o Encontro Descentralizado, quanto para o Encontro Nacional.

Os membros da Gestão deliberados na Assembleia para representar o CRESS 12ª Região, no 45º Encontro Nacional CFESS/CRESS foram os seguintes: Titulares: Rosana Maria Prazeres, Samuel Salésio dos Santos, Danielle Cardoso M. Sobreira e Marta de Lourdes de A. Nunes, tendo como suplentes as conselheiras Cória Helena Vieira, Helena M. B. Brandão e Maria Helena de Medeiros de Souza.

Os/As Delegados/as de base que candidataram-se e foram referendados/as são: Flávia de Brito Souza, Magali Régis Franz, Juçara Silva e Rodrigo Faria Pereira, tendo como suplentes Eliane Fransieli Muller, Éderson Oliveira Lara, Dineusa Aparecida Souza e Mayara Camila Furtado. Também foram definidos como observadores a coordenadora técnica Fabiana Luiza Negri e o agente fiscal Cleverton C. Maciel.

COMPETÊNCIAS, ATRIBUIÇÕES E INSTRUMENTAIS: RESISTIR É PRECISO

MARIA REGINA DE AVILA MOREIRA

Desde a década de 1990, com a estratégia neoliberal assolando o então recente processo de democratização da sociedade brasileira, o Serviço Social irá se deparar com o aprofundamento de contradições que incidirão sobre as demandas atendidas no âmbito das políticas sociais e, portanto, sobre o exercício profissional. O projeto ético-político profissional (PEP), que ganhou maturidade com a consolidação da Lei de Regulamentação Profissional (Lei n. 8662/93), o Código de Ética (1993) e as Diretrizes Curriculares para a formação (ABEPSS, 1996), além dos conflitos que marcam a defesa de um projeto de sociedade na contracorrente, enfrentará o tempo sombrio do avanço da ganância e perversidade sob a lógica do capital, que repercutirá, entre outras, na retomada do conservadorismo na intervenção profissional. Não tem sido incomum a pressão para utilização de ações fiscalizadoras, a cobrança de metas quantitativas de um lado e, por outro moralmente qualitativas sobre vida dos/as usuários/as dos serviços quando nos deparamos com a meritocracia ao acesso de programas e projetos sociais. Assim, o objetivo desse artigo é contextualizar alguns desses conflitos e contribuir para indicar possibilidades de resistência na particularidade do exercício profissional.

É fato que vivemos uma conjuntura de retrocessos políticos e sociais, decorrentes da dinâmica contemporânea do desenvolvimento capitalista. Essa compreensão é absolutamente indispensável para discutirmos as consequências às competências e atribuições da/o assistente social[1], especialmente porque há uma dupla e articulada repercussão, que diz respeito aos impactos nas dimensões do trabalho concreto e abstrato[2].

No âmbito do trabalho concreto, considerando, portanto, as razões que legitimam o Serviço Social enquanto profissão estão: a necessária caracterização da conjuntura, das mudanças do mundo da produção e do trabalho, as repercussões para o Estado e as políticas sociais. Essas mudanças afetam as demandas que recorrem ao atendimento na diversidade dos espaços sócio ocupacionais de atuação da/o Assistente Social. Como Mészáros (2011) nos situa, vivemos uma crise estrutural e sistêmica dada a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado (e no Brasil sempre literalmente relativo), resultado da luta operária, substituído pelas formas de empreendedorismo, cooperativismo, que oscilam entre a superexploração e a autoexploração (p. 13). Essa é uma crise que nos atinge a todos e todas e nos diversos domínios da vida social, econômica e cultural, como o autor também chama a atenção. Nesse contexto, uma das estratégias importantes desse processo é o neoliberalismo, que vai incidir sobre grande parte do que justifica e se concentra o nosso trabalho. Além de atingir os direitos historicamente conquistados pela população, afetará o Estado enquanto responsável pelas políticas sociais, já que o desmonte é necessário à reprodução ampliada do capital para que, tanto canalize os recursos para o setor financeiro, como fragilize uma das possibilidades de participação e organização política da população na luta pela ampliação dos direitos e atendimento de suas necessidades. Serão utilizadas todas as armas materiais, ideológicas e repressivas para isso. Não por acaso, assistimos e vivenciamos a total brutalidade e barbárie com que têm sido reprimidas as manifestações em nosso país. Em particular, o que chamamos de desmonte e mercantilização das políticas públicas, amplia aquilo que Iamamoto (2008) nominou de tensão entre nossos propósitos profissionais e as condições efetivas para efetivá-los no cotidiano profissional. Na medida em que as necessidades sociais pressionam respostas cada vez mais imediatas e urgentes, também pressionam para o descrédito, o desestímulo, quando não para a procura de caminhos que retomam o conservadorismo, o individualismo, a culpabilização das pessoas na gestão de seus problemas. Fragiliza-se assim, a compreensão do Direito, da perspectiva das políticas sociais e do Estado como importantes ao avanço de uma nova ordem societária. Na lógica hegemônica, será fundamental desconstruir a especificidade profissional, similarizando os objetivos institu-

[1] Ver os artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação Profissional, sobre as Competências e Atribuições Privativas, respectivamente.
[2] O debate sobre o Serviço Social como trabalho, concreto e abstrato encontra-se em Iamamoto (2008).

cionais aos profissionais, o que trará, entre algumas das consequências: o apelo à gestão da ausência de recursos, a retomada de práticas fiscalizatórias e excludentes, o aprofundamento de condicionalidades que se baseiam em cobranças de atitudes e comportamentos que fortalecem a meritocracia, como já salientado. A individualização sob a batuta da moral se visibiliza como algo perfeitamente natural e pertinente.

Mas, não é somente nessa dimensão que somos diretamente atingidos. A precarização do trabalho, igualmente como central nessa tentativa de recomposição da reprodução ampliada do capital, repercute em nosso exercício profissional com especificidades que nos atingem de forma direta enquanto trabalhadores/as assalariados/as. Ou seja, avaliar os impactos da contemporaneidade no exercício profissional, exige reconhecer nossa condição de trabalhadoras/es assalariados, explicada pela dimensão abstrata do trabalho. Temos o aprofundamento da precarização dos vínculos contratuais por meio da terceirização da força de trabalho e o rebaixamento dos salários que, tanto explicam como fragilizam as condições de exercermos a autonomia profissional. A temporalidade, a instabilidade e a rotatividade levam ao comprometimento dos vínculos necessários para a construção do patamar do que sejam as políticas públicas de direito e nos afetam para a organização enquanto trabalhadores para a luta nos espaços coletivos, de classe e sindicais em nossos espaços sócio ocupacionais. Essa dupla e articulada corrosão, tem levado as/os profissionais a buscarem duplo e triplo vínculo de emprego. A grande conquista das 30 horas em nossa categoria (luta histórica da classe trabalhadora) sofre, uma contraofensiva pelo próprio Estado ao passo que se institui como possibilidade de melhoria financeira para as/os assistentes sociais. Como os vínculos estão precarizados, temos realidades de trabalho em que os e as profissionais atuam em caráter de plantão e/ou inseridas/os em uma diversidade de campos de atuação sem a necessária estabilidade, prejudicando a capacidade para materializar nossa competência investigativa, o planejamento das ações, a construção de alianças interdisciplinares e de equipe. Graça a apropriação utilitária de nosso arcabouço técnico-operativo, apartando-o das dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas, construídas ao longo da trajetória histórica da profissão como unidade teórico-prática. É exatamente por isso, que nossas competências, atribuições e instrumentos não se autoproclamam em relação ao conteúdo dos objetivos profissionais. É na inserção aos processos de trabalho que construiremos as possibilidades de avançar na direção estratégica do Projeto Ético Política Profissional[3]. Isso significa, em primeira instância, consistência na explicação da realidade, sem a qual faremos uma leitura fatalista e/ou idealizada das estratégias e táticas necessárias à resistência ao contexto regressivo contemporâneo. Em decorrência e absolutamente articulado a essa premissa, é importante estabelecer mecanismos[4] que venham adensar a resistência, como:

- Fortalecer os **espaços coletivos da categoria por meio das nossas entidades representativas e, nos locais de trabalho, pressionando tempo e espaço** para reuniões de equipe, elaboração de relatórios, sistematização da prática.

- Viabilizar a elaboração de **projetos profissionais do Serviço Social** para a intervenção nos Programas e Projetos Sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

- **Estabelecer e ou cobrar ações com as unidades de formação profissional**, para a materialização da política de educação permanente, seja por meio de cursos de especialização, oficinas, supervisão técnica, projetos de extensão, participação em núcleos de pesquisa. Nessa direção, ainda que com dificuldades quanto às condições de trabalho, é **imprescindível a abertura e ampliação de vagas de estágios supervisionado**.

Encerrando essas breves considerações, é importante salientar que, em tempos de ofensiva contra nossos propósitos históricos, ousados e corajosamente construídos, tudo o que não podemos fazer é sucumbir a essa lógica individualizante, que suga nossas energias e competências para o descrédito. Essa realidade é funcional à reprodução do status quo. Mas, sabemos que nosso nome é resistência e luta e, por isso, sigamos para marcar nosso tempo histórico!

[3] O Projeto Ético Político Profissional não se resume ao exercício profissional. É a expressão também das lutas sociais as quais nos vinculamos por meio das nossas entidades representativas, do projeto de formação profissional que construímos.
[4] Por óbvio, apenas esses três indicativos estão limitados à abertura crítica do diálogo nesse espaço.

Referências

IAMAMOTO. M. **V. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche** – capital financeiro, trabalho e Questão Social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008
MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. Tradução Raul Cortejo et al. São Paulo: Boitempo, 2011.

CRESS EM DEFESA DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social, o CRESS 12ª Região vem participando ativamente nas manifestações em defesa das políticas públicas, contra o desmonte dos direitos sociais adquiridos historicamente e pela autonomia profissional na defesa dos direitos dos usuários de tais políticas. A gestão "Coletivizar para seguir na luta", tem como princípio apoiar todas as iniciativas coletivas que visam o fortalecimento das políticas sociais de caráter público e gratuito, nos âmbitos municipais, estaduais e federal. Nesse sentido, compreendemos que as manifestações de rua são parte da atuação crítica e emancipatória de uma categoria profissional que luta incansavelmente pela manutenção dos direitos sociais e por sua ampliação, assim como pela ampliação da cidadania, na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Atos públicos que venham a dar visibilidade às reivindicações da classe trabalhadora constitui uma ação democrática, mas deve estar pautada na clareza política de apoio aos/as trabalhadores/as em seus direitos conquistados. Estamos vivendo um momento de proposições que imprimem grandes retrocessos às políticas públicas, em especial com os recentes cortes anunciados pelo atual governo, pois atingem as principais políticas sociais públicas do país, nas áreas da Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social, áreas onde o/a Assistente Social atua de forma direta no atendimento aos/às usuários/as e na composição de equipes multiprofissionais , assim como em atividades de gestão e de Assessoria. Nesse contexto, o Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina, por ser uma autarquia pública Federal, com a finalidade de orientar, fiscalizar e defender os interesses dos/as assistentes sociais em sua circunscrição não se omite diante das manifestações em curso e vem procurando dar visibilidade às lutas sociais de forma democrática. A "Gestão Coletivizar para seguir na luta" defende que a categoria deve estar atuante na defesa intransigente dos direitos sociais conquistados desde 1988, como a Seguridade Social pública e de qualidade.

Vamos seguindo na luta!

AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 04 de Agosto de 2016, em Florianópolis, foi realizada a Audiência Pública em defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) convocada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Contou com a participação de diversos sujeitos ligados às políticas de seguridade social, principalmente da assistência social de todo o Estado, entre entidades, órgãos públicos, profissionais, usuários e sociedade civil, com aproximadamente, 200 participantes. O CRESS 12ª Região se fez presente com a participação de várias conselheiras, inclusive a conselheira presidente, Rosana Maria Prazeres.

A abertura do evento contou com a presença e posicionamento da presidente da Frente Parlamentar de Assistência Social do Estado, Luciane Carminatti, da presidente do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Vânia Maria Machado, da presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social, Ana Claudia da Silveira Quege, da Professora Doutora da UFSC, Luziele Tapajós e da representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Camila Magalhães Nélsis. Após a mesa de abertura, foi concedido o espaço para a fala/posicionamento dos participantes, momento em que a presidente do CRESS, Rosana, fez uma reflexão de que não podemos retroceder nas conquistas alcançadas e socializou que o CRESS/SC constituiu um Grupo de Trabalho para discutir a Seguridade Social.

Fotos: Natalli Pazini Silva

Neste ato foi lançada a Frente Estadual em defesa do SUAS e da Seguridade Social e os participantes referendaram uma carta manifesto que contou com 184 assinaturas, dentre elas a do CRESS/SC. A carta foi encerrada com os seguintes dizeres: “Avante SUAS, nenhum direito a menos, Fora TEMER”

Os participantes, indignados com a ausência do Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, propuseram uma caminhada até a sede da Secretaria para solicitar uma reunião com o Secretário. Isso ocorreu após o encerramento da audiência onde os manifestantes solicitaram ser recebidos, naquele momento, pelo Secretário. Todavia, o mesmo informou que receberia apenas dez pessoas, o que não foi aceito pelos manifestantes. Com a negativa, os manifestantes continuaram protestando em frente à Secretaria fechando uma das pistas da Avenida Mauro Ramos. Durante o ato os manifestantes gritavam palavras de ordem: “AVANTE SUAS, NENHUM DIREITO A MENOS”.

COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO E FORMAÇÃO – CAF

A Comissão de Articulação e Formação vem a ser uma Comissão Temática do CRESS de importância ímpar para o fortalecimento da categoria profissional, já que atua na dimensão da educação permanente. Atuando com base nas necessidades recebidas da categoria, especialmente àquelas voltadas ao exercício profissional do/a Assistente Social nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Trata-se de uma Comissão que, nessa gestão, vem articulando ações com as Unidades de Formação Acadêmicas (UFA's) de SC, atuando na defesa dos Cursos de Serviço Social presencial e de caráter público e gratuito.

A aproximação da CAF com as entidades de representação da categoria em nível de ensino, pesquisa e extensão como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa - ABEPSS, a Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO e o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, trouxeram demandas para debater com a categoria sobre a atual conjuntura da profissão. Nessa direção, especialmente neste ano de 2016, tivemos nossa atuação voltada para a organização e realização do II Congresso Catarinense de Assistentes Sociais - CCAS, o qual envolveu profissionais, docentes e estudantes de várias regiões de Santa Catarina e de outros Estados brasileiros.

Outra importante iniciativa da CAF foi apoiar a organização da Oficina da ABEPSS Itinerante Região Sul 1/SC, realizada em Lages/SC na Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, nos dias 29 e 30/09/16, proporcionando debates e encaminhamentos acerca do tema: *Fundamentos do Serviço em Debate: formação e trabalho profissional.* A Oficina foi organizada em parceria com a ABEPSS Regional Sul 1, tendo como facilitadora a Profª Mariana Pfeiffer da UFSC.

A Coordenação da Oficina ficou com a representante de Supervisão de Campo na ABEPSS Região Sul 1, Assistente Social e conselheira da Maria Helena Medeiros de Souza e o apoio na organização e Relatoria pela Conselheira presidente do CRESS 12ª Região, Rosana Maria Prazeres. Salienta-se que a CAF não trabalhou isolada em suas ações, mas em parceria com as Comissões Administrativo-financeira, Comunicação, Políticas Sociais, Orientação e Fiscalização e Ampliada de Ética e Direitos Humanos, as quais atuaram no sentido de articulação conjunta para o desenvolvimento pleno das atividades de capacitação da categoria na direção do projeto ético-político em curso.

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Neste ano a Comissão de Comunicação trabalhou na elaboração de uma campanha baseada em uma das bandeiras de luta do conjunto CFESS/CRESS: "Defender a realização de concursos públicos para Assistentes Sociais". Como o conjunto já possui alguns materiais com este tema, a Campanha lançada pelo CRESS/SC foi pensada com o objetivo de acessar não só os Assistentes Sociais, mas principalmente chegar diretamente aos gestores, que são responsáveis pela realização de concursos públicos.

Iniciamos o processo de criação a partir de um texto sobre esta temática, elaborado pela Comissão de Políticas Sociais deste regional que nos forneceu subsídios, destacando a importância da realização de concursos públicos para garantir e qualificar a oferta de serviços à população usuária das políticas públicas. Com este material em mãos a Comissão de Comunicação, planejou a arte, o slogan e as estratégias de divulgação.

A arte da Campanha foi elaborada por empresa especializada, com a supervisão da Comissão de Comunicação. Para elaboração partimos das artes das campanhas realizadas anteriormente pelo CFESS e pelo FNTSUAS. Entendemos que uma arte suave, colorida e que possibilita a identificação com vários sujeitos será mais bem recebida pelos gestores.

O objetivo da campanha é sensibilizar e convencer os gestores da importância e dos benefícios da realização do concurso público.

Uma das estratégias utilizadas foi a elaboração de uma carta que foi enviada para todos os prefeitos do Estado. Por ser final de mandato, estamos enviando a primeira remessa para os 295 Municípios e em 2017, com começo de possíveis novos mandatos, serão enviadas novamente.

A campanha foi lançada no II CCAS, no qual foram distribuídas para as/os Assistentes Sociais Marcadores de Página, Adesivos e Cartazes.

COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
GT EM DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL

O GT em Defesa da Seguridade Social surge da proposta elaborada a partir dos debates realizados na Plenária do II Congresso Catarinense de Assistentes Sociais - CCAS, realizado de 06 a 08 de julho de 2016, cujo tema foi "Seguridade Social: política de saúde, previdência e a ação profissional". Essa plenária teve como ementa a reflexão do quadro atual sobre a Seguridade Social, a discussão sobre o fundo público, os movimentos sociais e a defesa do SUS, as implicações da mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência social, assim como as atribuições e competências da ação profissional no âmbito da saúde e previdência social.

Após a Plenária do II CCAS, a Comissão de Políticas Sociais no dia 14/07/2016, instituiu o GT em Defesa da Seguridade Social, a partir de agosto de 2016.Vale destacar, que desde maio de 2016 se fortalecem os movimentos populares que lutam pela defesa do SUS, do SUAS, da previdência social e de todas as políticas sociais. Esses movimentos nacional, estaduais, regionais e locais tem por objetivo organizar e unificar a luta em todo Brasil em defesa da Seguridade Social. Nessa mesma linha, a proposta de criação do GT em Defesa da Seguridade Social articula-se aos princípios e diretrizes do projeto ético-político do Serviço Social, que vincula-se intimamente à defesa dos interesses da classe trabalhadora, buscando a radicalização dos processos democráticos, tanto no campo da participação como na efetivação das políticas sociais.

A criação do GT em Defesa da Seguridade Social torna-se uma necessidade mediante o atual contexto nacional, o qual tem como objetivo estimular a reflexão crítica e o debate contra o processo de desmonte da Seguridade Social, junto aos/às Assistentes Sociais do Estado de Santa Catarina, articulando e mobilizando a categoria para participarem da luta coletiva.

Dentre as atividades do GT, será realizado, no dia 11 de novembro, o "1º Seminário Catarinense de Serviço Social e Seguridade Social: o exercício profissional no contexto da crise" e, contará com a participação das Professoras da UFSC, Dras. Ana M. B. Cartaxo, Tânia Krüger e Beatriz Paiva. Nesse sentido, antecedendo à realização do Seminário, serão realizados três Boletins Eletrônicos, trazendo para o debate as políticas de seguridade social na atual conjuntura, elaborados pelas professoras, acima citadas. Para fechar o debate do 1º Seminário, no próximo "CRESS em DEBATE", teremos a discussão sobre a Seguridade Social e os encaminhamentos do Seminário.

Atividades da Comissão de Políticas Sociais

Grupo de Trabalho Seguridade Social

Estão previstas as seguintes atividades do GT: 1º Seminário Catarinense Serviço Social e Seguridade Social; três Boletins Eletrônicos discutindo as políticas de saúde, assistência social e previdência social; e um CRESS em Debate, a fim de congregar os três temas e sua relação com o Serviço Social.

Roda de Conversa

A Comissão de Políticas Sociais do CRESS 12ª Região realizou no dia 31 de agosto de 2016, Roda de Conversa para debater o exercício profissional do/a Assistente Social na concessão dos Benefícios Eventuais.

O encontro proporcionou um espaço de troca de experiências e oportunizou reflexões sobre a atuação do/a Assistente Social nas referidas áreas de atuação, tendo como pano de fundo a atual conjuntura econômica e política do país e os rebatimentos nas políticas sociais.

NUCRESS

Foi realizado no dia 12 de agosto um encontro com Assistentes Sociais de Blumenau e Região. A reunião teve como objetivo a aproximação com a categoria na região, com vistas à organização e implantação do NUCRESS Médio Vale do Itajaí.

Estiveram representando o CRESS 12ª Região a conselheira presidente, Rosana Maria Prazeres, e a coordenadora técnica Maria Dolores Thiesen, além de profissionais de base, docentes e estudante.

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - COFI

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), de janeiro a agosto/2016, realizou 83 intervenções por meio de visitas de orientação e fiscalização; audiências com autoridades; reuniões com Assistentes Sociais; atendimentos em sede de Assistentes Sociais e outros; e atividades com acadêmicos/as. Em 65% destas intervenções, esteve presente a demanda de orientação e fiscalização em relação às competências e atribuições privativas da profissão, de forma geral; 53% abordaram também à supervisão direta de estágio; 58% estiveram também relacionadas à autonomia profissional; 55% demandaram a abordagem acerca do espaço físico de trabalho do/a Assistente Social e da demanda de garantia do sigilo profissional e 52% demandaram abordagens em relação aos instrumentais técnicos. O que denota que, se por um lado permanece a demanda de intervenção acerca das condições éticas e técnicas de trabalho, por outro, também tem ênfase demandas pertinentes às competências e atribuições da profissão e à forma de sua realização. Tal quadro, certamente, possui incidência da conjuntura atual, perpassada por ataques a direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora, a exemplo daqueles vinculados às relações trabalhistas e à formação superior no Brasil.

A COFI também se dedicou, no período supramencionado, à realização/viabilização de: 412 atendimentos via telefone; 246 orientações via e-mail; 210 e-mails internos para organização e reflexão sobre o trabalho; 47 reuniões para planejamento, encaminhamentos e estudos (da COFI, do Setor de Orientação e Fiscalização, dos/as trabalhadores/as e de Conselho Pleno); 4 participações e contribuição em eventos; 48 ofícios expedidos para fins de notificação, reiteração, denúncia, dentro outros; 4 encaminhamentos de documentos à Comissão Permanente de Ética; 4 notificações de multa por infração à Lei nº 8.662/1993.

Atualmente, estão em andamento na COFI 172 processos, sendo atividades necessárias ao atendimento das demandas inerentes, além de visitas, audiências, reuniões, e/ou atendimentos na sede, também a construção e envio de expedientes diversos, a efetivação de orientações via e-mail e telefone, o encaminhamento de denúncias *ex-ofício* à Comissão Permanente de Ética, etc.

Além da atuação sobre as denúncias e requisições da categoria, conduzidas como processos, a COFI tem se dedicado de forma intensa ao atendimento de todas as requisições de orientação sobre o exercício profissional realizadas via e-mail e telefone, as quais somaram, de janeiro a agosto de 2016, 62,2% da atuação geral efetivada.

Demonstrativo do Resultado do Exercício 01/01/16 a 31/08/16

DESPESAS OPERACIONAIS	R$	RECEITA BRUTA	R$
Despesas com Pessoal	504.162,50	Receita de Contribuições	1.343.106,67
Obrigações Patronais	109.641,26	Receita Patrimonial	60.076,87
Material de Consumo	11.216,83	Receita de Serviços	14.634,27
Serviço de Terceiros e Encargos	160.737,16	Transferências Correntes	0,00
Outros Serviços e Encargos	244.718.68	Outras Receitas Correntes	247.189,63
Diversas Despesas de Custeio	6.501,42	**SUB-TOTAL**	**1.665.007,44**
Fundo Nac. de Aux. aos CRESS	14.399,50		
Contribuição Pasep	3.642,13	**SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**	**609.987,96**
Despesas de capital	0,00		
SUB-TOTAL	**1.055.019,48**		

Entrevista

Com a Assistente Social:

Cristiane Claudino

CRESS nº 1341

Foto: Acervo Pessoal

Cristiane Claudino é Assistentes Social Graduada e Mestre pelo DSS/UFSC, Assistente Social do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Vara de Família da Capital.

Via Social - Em sua opinião de que forma o concurso público possibilita a qualificação do trabalho do/a Assistente Social?

Cristiane Claudino - De início, é importante lembrar que historicamente o Estado tem sido, em larga escala, espaço ocupacional dos/as Assistentes Sociais nas esferas de execução, gestão e planejamento. Ocupamos funções e cargos que requerem um profissional propositivo, capacitado para atuar, orientar, formular e compor a gestão de políticas públicas.

Soma-se a isso a importância do cumprimento de princípios democráticos, previstos na Constituição Federal, em que pessoas habilitadas para exercerem o cargo concorram por meio de provas. O que exige dos aprovados um perfil profissional culto, comprometido com a busca de conhecimentos e atento às transformações societárias e seus rebatimentos nas políticas públicas.

E ainda, vale lembrar, que os órgãos públicos são dotados de instrumentos que acompanham a vida profissional dos servidores, expostos a avaliações e denúncias de ações desqualificadas, a exemplo das ouvidorias, corregedorias e avaliações de estágios probatórios.

Via Social - Como o concurso público incide sobre os usuários?

Cristiane Claudino - O exercício profissional requer de nós Assistentes Sociais profissionais que consigam romper com rotinas pontuais e institucionais e saibam propor e negociar seus projetos, ao tempo que também defendam suas ideias, seus campos de trabalho e as competências e atribuições previstas no aparato legal da profissão.

Acerca dessa questão, o ponto nodal para reflexões, refere-se à importância de findar a prática de rotatividade profissional. É fundante para um trabalho qualificado que o/a Assistente Social possa, de forma contínua, decifrar a realidade, construir propostas de trabalho, estruturar ações e ir além, aprofundar estudos e pesquisas, avaliar e planejar ações futuras. A troca constante de profissional por conta da flexibilização de contratos, do clientelismo ou práticas voluntárias afasta qualquer possibilidade de fortalecimento de vínculos e construções coletivas de serviços, com a população atendida.

Via Social - Por que defender o concurso público para Assistentes Sociais?

Cristiane Claudino - Aqui me remeto aos escritos de Iamamoto e Carvalho (1982) no reconhecimento do Serviço Social como um tipo de especialização do trabalho, profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho. E assim, como os demais, somos trabalhadores assalariados e não estamos a salvo dos desmontes de direitos, potencializados, dentre outras matizes, pela lógica da flexibilização e terceirização.

Não aleatoriamente, o conjunto CFESS/CRESS inclui na agenda de lutas a garantia por concursos públicos e imprime a importância de assegurar a estabilidade e direitos trabalhistas, fortalecer a autonomia profissional e defender coletivamente condições técnicas e éticas de trabalho e no mesmo movimento, garantir Assistentes Sociais qualificados para atuarem com competência na defesa de direitos dos usuários.

Luta árdua que nos impõe uma atitude crítica e intransigente na defesa por condições de trabalho e da qualificação no processo de atendimento. Mas quem falou que seria fácil? É nesse cenário de tensões e contradições que mostramos nossa resistência e não desistimos de reafirmar nosso Projeto Ético Político Profissional.

NUCRESS CRICIÚMA

O NUCRESS Criciúma realizou de maio a setembro de 2016, cinco reuniões ordinárias onde se discutiu os mais diversos assuntos, incluindo a ausência de atuação do/a Assistente Social em alguns espaços como na Companhia Catarinense de Água e Saneamento e na Associação Criciumense de Transporte Urbano, pois em ambos os espaços são concedidos benefícios a população, que o NUCRESS entende que deveriam passar pelo atendimento e análise de profissional de Serviço Social. Foram discutidos assuntos relacionados a concursos públicos municipais e Estaduais para Assistentes Sociais, situações especificas de alguns municípios no que se refere ao desmonte de Políticas Públicas e os desafios para a atuação profissional. Em uma das reuniões foi feito repasse, por conselheira do Conselho Regional de Serviço Social das principais atribuições e ações desenvolvidas pelas Comissões existentes no âmbito do CRESS/SC, sendo que este repasse foi realizado a pedido dos profissionais. Além das reuniões o NUCRESS organizou, em conjunto com o CRESS/SC, o encontro alusivo ao dia do/a Assistente Social, que foi realizado em 17 de maio de 2016, na cidade de Criciúma, contando com a presença de mais de sessenta profissionais.

Ainda nas reuniões ordinárias são discutidos assuntos pertinentes ao exercício profissional, atuação dos/as Assistentes Sociais nos diversos espaços profissionais, desafios, trocas de experiências, e demais discussões referentes ao Serviço Social.

Além das reuniões ordinárias, foram realizadas cinco reuniões extraordinárias. Uma delas contou com a participação de conselhos de direitos e de políticas pública do município de Criciúma, sindicato dos servidores públicos municipais de Criciúma e União Catarinense de Estudantes e teve como objetivo organizar o I Fórum Regional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social e da Seguridade Social. A organização do Fórum que contou com a presença de mais de 140 pessoas, foi uma iniciativa do NUCRESS.

O I Fórum Regional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social foi realizado no dia 04/07/2016, no auditório da Associação de Municípios da AMREC, com a presença de cerca de 140 pessoas entre elas usuários/as, trabalhadores/as, estudantes e comunidade em geral. O palestrante convidado foi o Professor Mestre Célio Vanderlei Moraes. O Fórum foi um importante espaço de debate, participação, reflexões e análise sobre a atual conjuntura de desmonte das políticas públicas, além de ser um espaço e construção do conhecimento. Previamente o NUCRESS fez ampla divulgação nos meios de comunicação sobre o Fórum o que possibilitou o expressivo número de participantes, levando ao conhecimento de todos também a existência do NUCRESS.

Foi realizada uma reunião com a então Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Criciúma, sobre o desmonte ocorrido especificamente no referido município em função de contratações de profissionais consideras irregulares de pelo Ministério Público, sendo que tal situação levou a demissões de um número expressivo de profissionais de diversas áreas de formação, inclusive Assistentes Sociais. Na reunião com a secretaria municipal o NUCRESS cobrou o chamamento dos profissionais aprovados em concurso público vigente, para ocuparem as vagas em aberto sendo que, na Política de Assistência Social alguns serviços estavam sem equipe.

O NUCRESS organizou uma reunião com a Deputada Federal Geovania de Sá, onde foi discutido o Projeto de Lei nº 2105/2015, de autoria da mesma, que prevê a condicionalidade de trabalho para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Foi discutido com a deputada as implicações negativas em relação ao Projeto, sendo que, a partir da reunião, foi criado uma Comissão que fez considerações e sugestões para alteração do texto do Projeto, sugerindo a exclusão do termo condicionalidade de trabalho e o resultado foi posteriormente enviado a Deputada.

Foi realizada reunião para avaliação do I Fórum Regional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social e da Seguridade Social, com formação de uma comissão que está trabalhando na realização de novas atividades a serem realizadas, sendo estas sugestões dos participantes do Fórum. Como desdobramento do Fórum está previsto para o mês de outubro de 2016 um encontro de debate sobre a dívida pública. Tal encontro está sendo organizado pelo NUCRESS em parceria com outras entidades.

O NUCRESS Sul vem se consolidando como um importante espaço de fortalecimento da categoria. Contudo um dos desafios é sensibilizar os/as profissionais de Serviço Social quanto a importância de participação neste espaço, pois são poucos/as os/as Assistentes Sociais que participam ativamente das reuniões. Outro desafio é trazer para as reuniões, discussões específicas do Conjunto CFESS/CRESS. O NUCRESS continuará envidando esforços para ampliar a participação nas reuniões e atividades do Núcleo, pois entende que, quando uma categoria se organiza torna-se muito mais forte, e só assim lutar pela melhoria de nossas condições de trabalho e lutar pela garantia e efetivação de direitos para todos.

PARA USO DO CORREIO

Rua Dos Ilhéus, nº 38.
Sala 1004/1006
Ed. Aplub - Centro
88010-560 - Florianópolis - SC

☐ Mudou-se
☐ Endereço Insuficiente
☐ Não existe nº indentificado
☐ Desconhecido
☐ Inf. escrita pelo porteiro/síndico

☐ Não procurado
☐ Ausente
☐ Falecido
☐ Recusado

DATA ___/___/___

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ___/___/___

ASSINATURA DO ENTREGAODR / Nº